 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFSCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a O objetivo do GT ? reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crian?as se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios te?ricos e metodol?gicos no campo da Antropologia da Crian?a. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflex?es, o potencial das crian?as para revelarem o que nem sempre ? objeto de aten??o em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostar?amos de receber trabalhos sobre inf?ncias diferenciadas (crian?as urbanas, campesinas, quilombolas, ind?genas, de popula?es tradicionais, em situa??o de institucionaliza??o, entre outras) que suscitem quest?es de g?nero, ra?a e direitos espec?ficos. Considerando o tema da 31 RBA, destacamos a import?ncia de pensar sobre os direitos e a prote??o desses sujeitos, assim como tamb?m sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT ? congregar pesquisas etnogr?ficas recentes que suscitem discuss?es te?ricas, metodol?gicas e ?ticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abarcando: estudos que pensem as experi?ncias de constru??o das crian?as enquanto sujeitos, que empreendam an?lises das tecnologias de governo voltadas ?s crian?as, que exercitem reflex?es metodol?gicas sobre a pesquisa com crian?as e discutam as no?es sociais de inf?ncia e que coloquem em perspectiva a quest?o da prote??o e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Famílias em ação: construindo estratégias e cruzando caminhos de políticas de acesso à creche em Porto Alegre

Autoria: Ranna Mirthes Sousa Correa

A presente pesquisa tem o objetivo geral de discutir o acesso das mães, pais ou responsáveis às vagas para sua filhas/os quando não conseguem realizar a matrícula em creches (para crianças de 0 a 3 anos) e pré-escolas (para crianças de quatro a cinco anos e onze meses). O conselho tutelar da microregião 4 do bairro Partenon em Porto Alegre é considerado como a porta de entrada para se pensar quais são os caminhos utilizados pelas famílias até a judicialização do pedido de vagas para a prefeitura do estado do Rio Grande do Sul via Secretaria Municipal de Educação. Ao mesmo tempo em que pode ser visto como viabilizador do primeiro acesso às famílias para estar atenta às suas diferentes formas de ação, estratégias e articulações próprias e locais diante dos entraves burocráticos frente ao estado diante da realidade em casos de ausência de vagas nas creches. A perspectiva teórico conceitual utilizada até o momento está situada entre áreas como a antropologia do Estado e considera, em particular, a burocracia como uma das diversas tecnologias de governo para se pensar as engrenagens do estado em seus diversos níveis. Levando em consideração a dinâmica que envolve aparatos organizacionais e interações cotidianas que envolvem as famílias, funcionários da burocracia estatal e dos conselheiros tutelares para se pensar o acesso às creches via conselho tutelar. Pensar sobre a noção de tecnologias de governo implica em considerar formas de intervenções possíveis a partir de um agregado de forças, sejam elas legais profissionais, administrativas, orçamentárias; técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações, conforme determinados critérios. (FONSECA&MACHADO, 2015). Nesse sentido, o presente work propõe pensar a partir do work

 ISBN: 978-85-87942-61-6

realizado pelos conselheiros tutelares de judicialização de acesso a vaga tanto as estratégias legais quanto cotidianas das famílias que estão na fila de vagas da secretaria municipal de educação para vaga. O objetivo inicial da pesquisa que se encontra em fase inicial consiste em identificar se existem outras redes locais alternativas criadas e/ou utilizadas pelas mães que não conseguem matricular seus filhos nas creches e perceber de que maneira isso acontece a considerar a vida cotidiana dessas famílias.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**